



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Instituto da Seguridade Social do Município de Patos - PATOSPREV. Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais. Legalidade. Registro ao ato.

A C Ó R D Ã O AC2 - TC -04563/14

RELATÓRIO

01. Processo: TC-05886/11.
02. Origem: INSTITUTO DA SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS - PATOSPREV.
03. Aposentando:
 - 3.1. Benefício: Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais.
 - 3.2. Beneficiária: MARIZA MORAIS FREITAS
 - 3.3. Cargo: Professora.
 - 3.4. Idade na data do ato: 57 anos (fls. 04).
 - 3.5. Lotação: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Turismo e Esporte de Patos.
 - 3.6. Matrícula: 462.
04. Caracterização da Aposentadoria:
 - 4.1. Natureza: Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais.
 - 4.2. Autoridade responsável: Superintendente do Instituto da Seguridade Social do Município de Patos - PATOSPREV
 - 4.3. Ato e data: Portaria N° 066/2012 - PATOSPREV de 10/10/2012 (fls. 40).
 - 4.4. Órgão e data da Publicação: Diário Oficial do Município de Patos do dia 10 de Outubro de 2012 (fls. 40).

RELATÓRIO DA AUDITORIA

Em seu Relatório Inicial (fls. 21/22), a Auditoria constatou a **ausência do tempo de contribuição** da servidora no **período de 1999 a 2009**, além de observar que a **fundamentação do ato** encontra-se **incompleta**, sugerindo a **citação** da autoridade responsável, no sentido de tomar as providências necessárias, para **informar o tempo de contribuição** da servidora, bem como **retificar o ato aposentatório**, para acrescentar à **fundamentação**, o **§ 5º do artigo 40 da Constituição Federal**.

Citado, às fls. 23/25, o Superintendente do Instituto da Seguridade Social do Município de Patos - PATOSPREV, **deixou escoar o prazo sem apresentação de quaisquer esclarecimentos**.

Chamado a manifestar-se, o **Ministério Público junto ao Tribunal**, por meio de Cota da lavra do Procurador Marcílio Toscano Franca Filho, opinou pela **assinção de prazo** para a adoção das providências indicadas pela **Auditoria**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Em seguida esta 2ª Câmara baixou a Resolução **RC2 - TC - 00325/2012** (fls. 31/32), assinando **prazo de 30** (trinta) dias, ao Superintendente do Instituto da Seguridade Social do Município de Patos - PATOSPREV, para **retificar o ato da aposentadoria do servidora**.

O gestor previdenciário ao tomar conhecimento (fls. 34/35) da Resolução **RC2 - TC - 00325/2012**, acostou **documentação** às fls. 36/42 dos autos, seguindo o que fora sugerido pelo Órgão Auditor, **restabelecendo a legalidade da concessão do benefício**.

Assim, entendeu a **Auditoria** que foram cumpridas as determinações da Resolução **RC2 - TC - 00325/2012**, **sanadas as irregularidades** apresentadas na aposentadoria da Senhora Mariza Morais Freitas, merecendo a **Portaria Nº 066/2012 - PATOSPREV de 10/10/2012** (fls. 40), o **competente registro**.

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Oral, na sessão, de acordo com o entendimento da Auditoria, pela legalidade da aposentadoria em apreço.

VOTO DO RELATOR

Cumprimento da Resolução RC2 - TC - 00325/2012 e pela legalidade e concessão de registro ao ato de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais da Senhora MARIZA MORAIS FREITAS, formalizado pela Portaria Nº 066/2012 - PATOSPREV de 10/10/2012 (fls. 40).

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL

ACORDAM, à unanimidade, os membros da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em declarar o cumprimento da Resolução RC2 - TC - 00325/2012 e conceder registro ao ato de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais da Senhora MARIZA MORAIS FREITAS, formalizado pela Portaria Nº 066/2012 - PATOSPREV, constante às fls. 40, supra caracterizado.

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da 2ª Câmara do TCE-PB – Mini Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.
João Pessoa, 14 de outubro de 2014.

Conselheiro Nominando Diniz - Presidente da 2ª Câmara e Relator

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal